

MANAUS, A METRÓPOLE DA “AMAZÔNIA”: UMA VERSÃO POUCO CONHECIDA SOBRE A URBANIZAÇÃO DO NORTE BRASILEIRO

Manaus, the metropolis of the “Amazon”: a little-known version of the urbanization of northern Brazil

Silvia Adriana Lima Corrêa¹

Resumo

As discussões sobre urbanização são usualmente direcionadas por unívoca perspectiva em que "o rural precede o urbano", assim como estas sugerem que tal mudança tem como marco inicial a industrialização. Entretanto, por meio de pesquisa bibliográfica que se sustenta em autores como Becker (2013), Browder e Godfrey (2006), Oliveira e Schor (2009), pretende-se demonstrar que o processo de urbanização na Amazônia ocorreu de maneira inversa e diferente das demais regiões brasileiras, embora seja uma versão pouco difundida no país. O vazio de informações acerca da versão amazônica de urbanização faz com que a explicação majoritária sobre o processo de urbanização brasileira se imponha e que passemos a interpretar nossa trajetória por meio de outros caminhos que não foram exatamente os percorridos. Este artigo pode ser entendido como uma provocação com o intuito de difundir a versão amazônica de urbanização, ainda que com limitações, pontuando como o conjunto de aspectos simbólicos e materiais, formam a concretude que atuou ativamente para a estigmatização desta região. É por meio da dinâmica e estrutura das relações de poder que pretende-se explicar a posição subalterna desta região em relação às demais regiões brasileiras consideradas centrais. Propõe-se essa análise tendo como parâmetro o processo ocorrido em uma de suas principais metrópoles: a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas.

Palavras chaves: Amazônia; Manaus; Urbanização.

Abstract

The transformations on urbanization are usually directed initially to the univocal perspective in which "rurals precede the", just as these publicize industrial change has modernization as a landmark. However, through bibliographic research based on authors such as Becker (2013), Browder and Godfrey (2006), Oliveira and Schor (2009), it is intended to demonstrate that the urbanization process in the Amazon occurred in an inverse and different way from the other Brazilian regions, is a version that is not widespread in the country. The void of information in the Amazonian version of urbanization makes the Brazilian majority urban explanation of the process impose itself and we begin to interpret our trajectory through other paths that were not taken. This article can be understood as a provocation in order to spread the still Amazonian version that can be punctuated as the set

¹ Mestre em Sociologia (PPGS/UFAM). Bacharelado em Serviço Social (UFAM). Atualmente é doutoranda do programa de Antropologia Social (PPGAS/UFAM). E-mail: silviadric@hotmail.com

of symbolic symbols and urban materials, which form a concrete specification that actively targets the region for stigmatization. The structure of power relations in the region that claim a subordinate position of the central region. This analysis is proposed having as a parameter the analysis process in one of its main metropolises: the city of Manaus, capital of the state of Amazonas.

Keywords: Amazon; Manaus; Urbanization.

Introdução

Este artigo parte de pesquisa de dissertação de mestrado empreendida entre os anos de 2015-2017, cuja investigação central foi o processo de estigmatização de um tipo de lugar na cidade de Manaus que foi se transformando em um espaço degradado e “perigoso”: as margens dos igarapés da cidade². Na ocasião, a pesquisa foi realizada por meio de estudo bibliográfico e de campo, no qual foram utilizados recursos etnográficos para observação do cotidiano do lugar – o que pôde ser feito sem muita estranheza, já que também sou moradora da localidade –, e entrevista com alguns moradores.

Porém, para este artigo trago reflexões que se associam ao âmbito macro do problema então estudado e que resgatam a trajetória urbana da cidade de Manaus, a partir do qual é possível compreender as origens das percepções presentes em seu ambiente urbano, sobretudo, no que tange aos seus espaços estigmatizados. Talvez, por este motivo, as discussões aqui postas apresentam certas limitações e não são desenvolvidas com a densidade necessária requerida. Mas, a provocação central é legítima: tanto não há uma trajetória unívoca de urbanização no Brasil, quanto a versão amazônica desse processo é quase que totalmente desconhecida, a tal ponto que a população local passa a interpretar a trajetória histórica desta região, a partir de outras dinâmicas.

Partindo do ponto que estigmas territoriais se processam em escalas de nível global e são reproduzidos por meio das relações de poder, no mesmo sentido em que são conformados a cada contexto citadino, é possível

² A pesquisa de mestrado demonstrou que o estigma de lugar perigoso imputado à localidade estudada, situada às margens de um dos igarapés da cidade, passou por um processo que conforma, no campo simbólico, disputas entre propostas distintas de civilidades, sociedades e culturas. Entende-se que as discussões que envolvem os igarapés da cidade não se restringem a perspectivas ambientalistas, mas engendram disputas simbólicas.

compreender que o processo de estigmatização que incidiu sobre as áreas de margens de igarapés, é o mesmo que, em escala mais ampla, se impôs sobre esta cidade. A sociodinâmica do estigma está presente em ambas as situações, mas em níveis diferentes: internamente à cidade, foi determinante para transformar áreas de entorno de igarapés em espaços de moradia marginalizados de forma generalizante atualmente, e externamente, foi responsável por torná-la uma cidade simbolicamente subalterna em relação ao restante do país.

Os autores aqui trazidos para análise sobre o *urbano* na Amazônia, quais sejam, Becker (2013), Browder e Godfrey (2006), Oliveira e Schor (2009), sublinham como as especificidades desse processo nesta região foram invisibilizadas em face da histórica oficial e unívoca de urbanização deste país. Ao mesmo tempo, sua trajetória determinada de maneira extrínseca justifica o lugar social e econômico que as cidades amazônicas vêm ocupando em contexto nacional na atualidade. Assim, adiante estão postas as intelecções de tais autores sobre a urbanização na Amazônia, cuja perspectiva é necessária para compreensão do processo de construção do “urbano” nessa região, ao mesmo tempo em que as disputas simbólicas conformadas nesse trajeto são problematizadas, por via de importantes autores como Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

A presente análise sobre o processo de urbanização na Amazônia toma como exemplo a trajetória da cidade de Manaus, na medida em que é possível visualizá-la em um quadro político, econômico e social amplo, no qual sua posição em relação ao restante do país e do mundo se explicita. Compreendendo o lugar (ou não-lugar) desta cidade em relação a outras regiões brasileiras, torna-se possível chegar aos parâmetros sob os quais se forjam as distinções grupais e territoriais que se reproduzem, inclusive, no ambiente interno da cidade. Ao resgatar o trajeto de urbanização da região amazônica e, particularmente, de Manaus, observa-se disputas simbólicas que envolvem propostas diferentes de civilidades, as quais foram determinantes para torná-la uma “metrópole” de menor importância em contexto nacional. Por sua desimportância, Manaus foi se tornando desconhecida, mas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, muito conhecida em

função da correlação de sua imagem à ideia de “floresta inalterada” imputada à “Amazônia”, região da qual faz parte.

Apesar de tal imagem que se impõe às cidades amazônicas, estas aparecem nos estudos de Mike Davis (2006) como uma das fronteiras urbanas que crescem com mais velocidade em todo o mundo. Lamentavelmente, mais de 80% do crescimento populacional nestas cidades tem se dado em áreas consideradas por ele como “favelas”, de modo tal que as palavras “urbanização” e “favelização”, diz ele, podem ser entendidas como sinônimos. Mas, quais fatores contribuíram para isso? Entende-se que esse fenômeno não deve ser abordado tão somente pela perspectiva de suas condicionantes materiais, mas pela lente das *relações de poder* e de *violências simbólicas* que fomentam, justificam e sustentam tais condições materiais de desigualdade.

Assim, os aspectos simbólicos são aqui discutidos por meio da abordagem de Norbert Elias, consoante à estrutura das *relações de poder*, cuja argumentação é endossada a partir da inteligência de Bourdieu, quando trata das *violências simbólicas* cotidianas que permeiam as relações hierárquicas. Entende-se que olhar a construção da “realidade” por essa perspectiva permite situar o simbolismo de Manaus em escala nacional e global e, por implicação, compreender a atuação desse aspecto na produção/reprodução da concretude de sua posição subalterna. Permite, ainda, compreender como se dá a socio-dinâmica desse processo em cadeia, desde o aspecto mais complexo, até o mais simples.

Algumas questões importantes que são problematizadas neste artigo: por que as especificidades da cidade de Manaus, assim como de toda região da qual faz parte, são relativamente desconhecidas para as demais regiões brasileiras consideradas centrais, embora esta cidade ocupe um papel importante no cenário econômico brasileiro representando a 6ª economia do país? O que a trajetória de constituição da cidade de Manaus e de seu espaço urbano revela sobre a atual posição desta cidade? Em que medida as disputas simbólicas contribuíram (assim como ainda contribuem) para subalternização desta cidade e da região que faz parte? Por que não interessa discutir o processo de urbanização de Manaus?

Propõe-se tirar o véu colocado sobre a imagem da cidade de Manaus para que seja possível vê-la em seus traços e especificidades, tentando evitar qualquer ambiguidade ao tratar de temas que sejam compreendidos de maneira diferente em outras regiões. Ainda que se tenha dimensão da pluralidade de contextos urbanos que compõem a região amazônica, trazer a urbanização de Manaus para a discussão é um importante ponto de partida.

Questões gerais sobre os conceitos de urbano e cidade

De que *cidade* e *urbano* este artigo trata? Antes de partir para a discussão sobre a urbanização na Amazônia brasileira, é importante tratar com cuidado categorias-chaves como “urbano” e “cidade”, por comportarem em si uma vasta discussão. Segundo Lencioni (2008) esses cuidados se justificam por que as palavras “cidade” e “urbano” se tornam obscuras na medida em que a primeira sugere trivialidade e, por isso mesmo, possibilita o direcionamento a diversos entendimentos; ao mesmo tempo em que a segunda se torna pouco clara em seu substrato. Assim, devido as questões conceituais mais gerais que estão envolvidas no tema, não haverá como desenvolver tal discussão em sua amplitude neste artigo, mas, em síntese e na medida em que essas informações favoreçam o entendimento das especificidades da urbanização amazônica. Entende-se que para melhor compreender as especificidades aqui problematizadas, é necessário, antes, precisão acerca dessas categorias mais gerais.

Ao analisar o sentido dessas duas palavras, Lencioni (2008, p. 114) afirma que “tanto a cidade, como objeto, quanto o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente”. A palavra “cidade”, por exemplo, dá margem a uma infinidade de significados, por isso, Lencioni menciona dois pontos conceituais para sua definição, como a ideia de “aglomeração” e “sedentarismo” (ou seja, a aglomeração durável). Para ela, a predominância de atividades agrícolas em determinados territórios não é suficiente para que estes deixem de ser compreendidos como “cidades”, na medida em que conservam outros dois elementos citadinos que garantem essa designação, a

saber, o “mercado” e “administração pública”. Lencioni traz as discussões de outros autores como Paulo Cesar Xavier Pereira, Pierre George, Max Derruaux e Manuel Castells que questionam, ainda, o uso do tamanho da população como fator determinante no conceito de “cidade”, por entenderem que esse aspecto é relativamente variável a depender do tempo e lugar em que a cidade está inserida.

Lencioni recorre a uma análise Lefebvriana sobre o “urbano”, por compreender esse termo concernente ao mundo pós-industrial, ou seja, a uma sociedade que nos termos de Lefebvre “nasce da industrialização e a sucede”. Assim como outros autores, Lefebvre faz uma análise relacional entre o urbano e a industrialização, mas com críticas severas ao reducionismo do urbano como produto desse processo, por entender que essa premissa obscurece seu substrato. Nesse sentido, a ideia de urbano aparece, na maioria das vezes, vinculada à ideia de capital industrial e à de sociedade capitalista industrial, o que sugere surgimento do urbano no Brasil entre os anos 30 do século XX.

Manaus: uma versão amazônica de urbanização

Discutir categorias como “cidade” e “urbano” na Amazônia brasileira requer cuidado, não é algo trivial, uma vez que a palavra “Amazônia” parece remeter imediatamente a um conjunto de informações mentais arraigadas de modo tal que, em primeiro momento, parece não se relacionar com a ideia de “urbano”: falar de Manaus é, portanto, mexer no vasto imaginário produzido e reproduzido de “Amazônia”. Esta região, ou talvez apenas seu simulacro, opera para o mundo como uma espécie de universo paralelo desconhecido e, nessa simplificação, torna-se também, ainda que contraditoriamente, conhecida e reduzida a uma imensa extensão da floresta Amazônica. “Cidade da Selva”, “Metrópole da Amazônia” são alguns epítetos utilizados para exemplificar com fidelidade essa correlação muito bem demarcada socialmente.

Nos estudos sobre o trajeto de urbanização desta região, as categorias “urbano” e “rural” ganham novas abordagens, são percebidas de forma múltipla e flexível, a despeito das teorias tradicionais sobre elas. Bertha Becker (2013) está entre os autores que tiveram o cuidado de elencar

as especificidades do processo de constituição das cidades amazônicas. Em sua intelecção, Becker sublinha o caráter extrínseco dos planos econômicos desenvolvidos para a região, tornando inteligível como tais especificidades justificam a atual posição desta cidade em cenário nacional e internacional. O imaginário de floresta natural (a imagem mental do espaço “não alterado” ou “não habitado”) imputado a esta região, diz ela, fez com que a discussão sobre a urbanização na Amazônia fosse negligenciada, a ponto de deixar imperceptível o real processo de urbanização aqui ocorrido que, segundo ela e demais autores como Browder e Godfrey (2006), Oliveira e Schor (2009), foi diferente das demais regiões brasileiras.

Compreendendo a floresta amazônica como uma grande fronteira de expansão do capital, Becker destaca a primeira grande diferença desta região em relação às demais regiões do país: *a ocupação europeia tardia*. Ela explica que a trajetória histórica ocorrida na região amazônica brasileira é distinta desde seu processo de povoamento, por ter sido ocupada tardiamente, se comparada às demais regiões diante do mesmo processo. Essa diferença é determinante para que tenha ocorrido por estas bandas uma trajetória histórica distinta, que trata da versão Amazônica de expansão do sistema capitalista colonial em terras brasileiras, mas que por não ter sido devidamente difundida, se desconhece totalmente.

Outro ponto que destaca e questiona é a perspectiva majoritária de que os processos de urbanização ocorrem tão somente numa mesma sequência em que “rural precede o urbano”, uma vez que na Amazônia esse processo ocorreu de modo inverso. Becker entende que a especificidade da urbanização amazônica reside no fato do urbano surgir como estratégia de povoamento desta região para fomentar as atividades econômicas ligadas à agricultura e não o contrário, como comumente se conclui: no caso da constituição das cidades amazônicas, os núcleos urbanos foram o pontapé inicial para a ocupação do território, antes mesmo do ambiente “rural”.

Já nos primeiros contatos com a região, ainda nos anos de 1970, intrigou-nos o acelerado processo de urbanização numa região florestal, cujo planejamento governamental enfatizava e subsidiava uma ocupação destinada à agropecuária. Logo ficou patente o papel das cidades na real meta do planejamento regional, qual fora finalmente promover a ocupação definitiva e explorar os recursos da

Amazônia. Por essa razão, a verdadeira fronteira urbana foi implantada pelo Estado na região antes mesmo da expansão da fronteira agropecuária e mineral, que caracterizou o processo de ocupação: a essa fronteira oficial associaram-se os núcleos nascidos espontaneamente e o crescimento de outros (BECKER, 2006, p. 12).

Browder e Godfrey (2006), também consideram as primeiras manifestações da urbanização amazônica concatenadas à exploração de recursos naturais e às migrações para os assentamentos de fronteira, diferente de outras regiões do país, onde os primeiros sinais de urbanização são sinalizados a partir da emergência de uma sociedade urbana-industrial – como parece ter sido o caso de cidades centrais brasileiras situadas ao sudeste do país.

Becker destaca outra característica própria da urbanização na Amazônia, qual seja, o desenvolvimento das cidades por “surto econômico”, isto é, por meio de um ou mais crescimento explosivo durante no mínimo duas a três décadas, fomentados por impulsos econômicos externos, seguidos de longos períodos de estagnação econômica. É verdade que a autora observa a região por uma perspectiva desenvolvimentista, destacando com pesar as possibilidades não vividas pela região em função da característica de ocupação (para a exploração) do território que aconteceu por aqui de forma mais intensa do que em outras regiões do país, assim como da negligência governamental diante da região. Becker salienta que o desenvolvimento responsável das cidades amazônicas não pôde acontecer, pois, não houve consolidação de estrutura política e econômica para tanto, de modo que as possibilidades de desenvolvimento local ficaram reduzidas apenas aos períodos de surtos econômicos fomentados pelo governo, seguidos de outros longos períodos de estagnação.

Além disso, Browder e Godfrey explicam que durante muito tempo houve uma ligação direta desta região com forças econômicas de nível global, mas que isso não foi suficiente para sua inserção e permanência no sistema econômico mundial, uma vez que a região sempre operou apenas como fornecedora de produtos locais típicos. Becker resume bem essa dinâmica hierárquica em uma frase: “ser parte de uma hierarquia é muito diferente de ser um membro de uma rede”.

Em síntese, tanto Becker quanto Browder e Godfrey concordam que a Amazônia corresponde a uma grande fronteira que já nasce urbanizada e se processa em constante transformação. Esses autores explicam, ainda, que o fato de a região ter sido inserida durante longo tempo de maneira direta, subserviente e frágil no contexto econômico internacional, período em que foi reduzida a mera fornecedora (substituível e descartável) de produtos locais específicos, fez com que ficasse, durante o mesmo período, desconectada da economia nacional. Por isso o caráter efêmero dos *surtos econômicos* característicos da urbanização amazônica, ocorridos apenas quando do aumento de demandas por determinados produtos próprios da região, o que atribuiu força à economia de competição local, nacional e global.

A fragilidade referida está no fato da região não ter sido inserida no desenvolvimento da economia como um todo, o que possibilitou ter entrado em decadência com maior facilidade e, por consequência, ter enfrentado longos períodos de estagnação que aconteceram com a mesma intensidade dos surtos econômicos. Os autores estão falando das cidades amazônicas como um todo, incluindo pequenas, médias e as duas cidades consideradas metrópoles em escala local, Belém e Manaus, com o cuidado, porém, de estabelecer diferenciações entre todas elas, pois, entendem que o correto seria tratar da região de maneira plural, considerando as “Amazônias” múltiplas existentes.

Assim, Manaus também esteve inserida estrategicamente no processo acima descrito e, portanto, também desenvolveu as características típicas de cidades desta região, qual seja, a ligação direta com o mercado externo em detrimento do mercado nacional, por ocasião da economia voltada para a exportação de matérias primas e gêneros tropicais. Essa dinâmica é perceptível desde sua primeira expansão urbana representada pelo *boom* da borracha, ainda nas últimas décadas do século XIX, conforme afirmam Oliveira e Schor (2009), que salientam a dimensão real do que representou à época a economia da região por meio de alguns fatos emblemáticos. Segundo os autores, no período em que as economias regionais eram determinadas individualmente por meio da monocultura, por exemplo, a borracha era o

segundo produto mais exportado, chegando a representar quase 40% das exportações brasileiras, ficando atrás apenas do café.

Grosso modo, é essa dinâmica de inserção frágil no cenário mundial e desconexão com o mercado interno, que parece ter delineado aos poucos o “não-lugar” que esta cidade e de toda região amazônica ocupa no país e no mundo, posto que, até então, não estava inserida estruturalmente em nenhum dos dois contextos econômicos: externamente, foi inserida de maneira superficial, internamente estava totalmente desconectada. Oliveira e Schor (2009) tecem considerações esclarecedoras sobre a codependência da cidade diante do condicionamento de impulsos externos à região para seu desenvolvimento, compreendendo essa característica como uma marca de atuação da elite que conduziu até então os direcionamentos da cidade, sendo possível identificar a dinâmica que contribuiu para que fosse se delineando como uma cidade de segunda importância no país. Assim, afirmam:

Essa talvez seja a principal característica da temporalidade e espacialidade da Amazônia, aí incluída Manaus: a espera. O espaço-tempo na Amazônia, na perspectiva da sociedade nacional, é sempre inacabado, é o transitório nunca chegar ao ponto. Aqui se está sempre à espera de migalhas que nos são lançadas pelos de fora, e isso decorre de o espaço-tempo da Amazônia caracterizar-se pelo atraso, por um processo que não se conclui [...] Na Amazônia e especialmente em Manaus, na visão dos segmentos dominantes com fortes influências da velha elite extrativista, a história não deve ser feita, deve ser esperada [...]. Isso é mais significativo tratando-se de uma cidade que teve um papel importante na economia do mundo, visto que nos tempos áureos da borracha Manaus fez parte das Global Cities com todo o simulacro que o período encerrou. Trata-se, portanto, da espera de um lugar que antes estava ligado à rede e agora sonha em voltar a ser, já fez parte do mapa e agora percebe como é duro ser um não-lugar (OLIVEIRA e SCHOR, 2009, p. 70-71).

Mas, se existe um “não-lugar” da cidade, existe também sua “não-imagem” e é neste ponto que este estudo entra analiticamente. Depreende-se que, talvez pelo fato da história de Manaus ter sido determinada por forças externas, como exposto pelos autores acima mencionados, esta cidade não tenha construído uma narrativa própria, forte o suficiente para tornar visível sua especificidade histórica, mas tenha reproduzido a história vivida e contada pela perspectiva do outro. Como se para preencher o vácuo de informações sobre a cidade e explicar seu trajeto urbano, se recorresse

automaticamente a uma trajetória sócio espacial pronta, desencadeada em outras regiões e, por consequência, se lançasse mão de uma versão unívoca de história brasileira maciçamente veiculada, vivida e determinada pelo outro.

É importante observar que após anos de estagnação econômica por ocasião da “crise da borracha”, a cidade recebe mais um incentivo externo à região e, por implicação, outra representação sobre si. A política de integração da Amazônia ao Brasil, promovida pelo governo federal na década de 1960, deu origem a uma série de ações desenvolvimentistas com o intuito de fomentar novas atividades econômicas na região. Mas, ao mesmo tempo fez surgir uma nova retórica acerca da cidade e região, resumida agora a um grande “vazio demográfico”.

Pode-se afirmar que Manaus não é vista (tampouco se enxerga) a partir de uma perspectiva que a considere enquanto processo, mas por meio de uma imagem externa projetada sobre si. Para os de fora, ainda se resume a um “vazio demográfico”, “distante”, um “universo paralelo”; enquanto que para os de dentro equivale à imagem virtual de um Brasil central que quanto mais se reforça, mais torna invisível Manaus em suas especificidades. Falar desta cidade é trazer uma versão do Brasil, cuja visibilidade só se torna possível de ser alcançada na medida em que se evidencia sua invisibilidade em relação às regiões centrais do país do qual faz parte.

Aspectos simbólicos determinantes da urbanização amazônica

É necessário pontuar que o processo de constituição do espaço urbano da cidade de Manaus é atravessado por disputas simbólicas que se expressam de forma latente em toda sua trajetória e neste momento do texto tais aspectos serão discutidos e situados nesse percurso. Assim, é importante trazer as discussões teóricas que sustentam essa afirmação aqui defendida e com as quais dialogamos.

Primeiro, falemos das *relações de poder* em Norbert Elias, entendendo-se tratar de uma sociodinâmica que assume várias formas e se inscreve de maneira latente nas interações sociais. As *relações de poder*, diz Elias, possuem uma estrutura que conforma diferenciações grupais assimétricas, justificadas sob os mais diferentes critérios que legitimam

estigmas que são produzidos e reproduzidos socialmente. Em seu estudo sobre delinquência juvenil realizado na comunidade Winston Parva³, registrado em *Estabelecidos e Outsiders*, Elias em parceria com John L. Scotson pôde constatar que o estigma imputado àquele lugar, por exemplo, apresentava características estruturais das *relações de poder*, o que ele identifica como uma espécie de “paradigma-empírico” que pode ser projetado em diferentes contextos, dos mais simples aos mais complexos. Em síntese, Norbert Elias utiliza o exemplo da comunidade Winston Parva para explicar que o estigma se estrutura, necessariamente, a partir da relação entre estabelecidos e *outsiders*.

Do mesmo modo que as relações sociais são discutidas por Norbert Elias como relações de poder, elas também são abordadas a partir da inteligência de Pierre Bourdieu como relações de força entre classes sociais. São as agressões e imposições simbólicas empreendidas entre classes sociais, responsáveis pela produção/reprodução de uma perspectiva hierárquica das relações e reforçadas cotidianamente nos microcosmos do mundo social, que Bourdieu denomina como violências simbólicas. Quando o que está em jogo são interesses de grupos que se posicionam de forma antagônica em relação a algo, diz Bourdieu, há necessariamente a tendência de um grupo impor-se, estabelecendo a partir de sua posição um “caráter objetivo” às relações, pressupondo que tais informações parciais sejam tidas como uma “verdade” total e legítima sobre os grupos, embora produzidas de maneira enviesada. Quanto mais interesses há, mais se recorre a estratégias que conduzem a uma redução objetivista e parcial em relação aquilo que se opõe, observando-se a:

[...] visão que os ocupantes de cada posição podem ter dos ocupantes das outras posições, e que confere sua forma e sua força próprias à propensão de cada grupo para tomar e dar a verdade parcial de um grupo como a verdade das relações objetivas entre os grupos (BOURDIEU, 2007, p. 18).

³ A comunidade considerada delincente de forma generalizada era constituída por grupos sociais bem parecidos em termos socioeconômicos, porém, internamente, os moradores antigos (estabelecidos) apontavam que a delinquência seria uma característica associada estritamente ao grupo de moradores de loteamento novo (*outsiders*), sob os quais pesava o estigma. O critério de diferenciação utilizado ali foi de “antiguidade”, porém, a estrutura hierárquica das relações constitui para Elias como um paradigma empírico.

O poder simbólico insere-se, por assim dizer, de maneira implícita nos processos de interação e comunicação social, sendo responsável pela produção e reprodução de “crenças”, quer dizer, de informações que não requerem prévia reflexão para serem compreendidas como “verdades”. Para Bourdieu, as produções simbólicas estão à serviço dos interesses das classes dominantes – embora sejam apresentadas como interesses universais – cuja funcionalidade é a de garantir a legitimação de consensos coletivos acerca do mundo social. Por esse motivo, torna-se necessário evidenciar as imposições simbólicas onde menos se deixam ver, pois, quanto mais sutis se constituem, mais reconhecidas e legítimas se tornam. É no caráter invisível do poder simbólico atuante na legitimação de determinadas compreensões acerca do mundo social, que reside a função política do simbolismo, posto que garante, dialeticamente à dimensão material correspondente, a reprodução da ordem social estabelecida e, simultaneamente, a demarcação de distinções hierárquicas, sejam elas sociais ou espaciais. As distinções, forjadas nas relações de comunicação, são sempre relações de força. Por esta razão, legitimam a dominação de uma classe sobre a outra, a preço de sutis e contínuas investidas de violência simbólica.

A aversão aos estilos de vida diferentes é, com efeito, uma das mais fortes barreiras entre as classes (e suas frações). Bourdieu (2007) faz uma densa análise sobre *gosto de classe*, para demonstrar que esse é um dos meios mais eficazes de reprodução social pelo qual as *violências simbólicas* garantem inversamente tanto o “enobrecimento” de um grupo, quanto a “estigmatização” de outro (idem, p. 09). Ele destaca a existência de um *jogo da cultura* que comporta disputas seculares entre diferentes classes sociais com concepções distintas. As disputas consistem em definir o grupo social que pode ser considerado detentor de uma relação legítima com a cultura, cujo intuito é estabelecer o que seja considerado de fato, “a” *cultura legítima*.

Desse modo, um jogo de *distinção* é determinado no mundo social, em que a *cultura dominante* associada à alta burguesia é vista como ‘referência positiva’ de *cultura legítima*, cuja classe correspondente é

considerada como detentora de um estilo de vida⁴ próprio e raro, representado no *status* de uma “nobreza cultural” que se propõe “natural” e inacessível aos demais segmentos posicionados em outras classes. As pequenas burguesias (e frações de classe aspirantes à), por sua vez, se auto afirmam a partir de alguns elementos baseados nas informações já existentes, provenientes da *cultura dominante* a qual almejam, mas adquiridas a partir do meio *escolar*, quer dizer, estes já não são considerados “naturalmente” donos de um *gosto* estabelecido como legítimo por não o “herdarem” de família, mas o aprendem e o reproduzem de outra forma como, por exemplo, por meio de roupas, móveis, etc.

Nesse jogo, porém, as classes populares são o que Bourdieu denomina como ponto de contraste e de ‘referência negativa’ à cultura considerada *legítima*, e, por isso, são passíveis de estigmatização “que todo grupo produz ao fixar indivíduos em classes hierarquizadas” (idem, p. 27). Desse modo, identificar as informações inerentes ao *gosto popular* e recusá-las torna-se um comportamento estratégico para autoafirmação dos agentes sociais, para se estabelecerem em um lugar melhor posicionado no espaço social. Segundo Bourdieu, esse é o ponto em que residem as *violências simbólicas*, veiculadas por meio dos processos de comunicação social e utilizadas como instrumentos de produção/reprodução de uma percepção hierárquica das relações que justificam as assimetrias sociais.

Os jogos de distinção que sustentam e são sustentados pelas violências simbólicas, conduzem a divisões de classes que não se justificam tão somente pelo viés economicista, mas a partir de um conjunto de bens (materiais e imateriais) que compõem o *estilo de vida* de cada classe ou fração de classe. Quando Bourdieu se refere à *classe*, ele está falando de uma figuração que requer a soma de diferentes capitais, para além do aspecto econômico, critérios esses a partir dos quais as distinções se

⁴ Corresponde a um conjunto de informações que estão implicados no “jogo da cultura”, segundo o qual o gosto e, em especial, a forma como se o adquire, opera como elemento determinante e diferenciador de classes. Para Bourdieu (2007), as classes dominantes são detentoras do “gosto legítimo” adquirido não apenas pelo meio escolar (posto que considera haver uma relação entre gosto e capital escolar), mas por uma herança intergeracional, quer dizer, seu diferenciador em relação à demais classes corresponde à origem. As classes médias estão relacionadas ao gosto médio, adquirido na escola e as classes populares associa-se ao gosto popular que “varia em razão inversa ao capital escolar” (idem, p. 21). Os estilos de vida, para Bourdieu, exprimem os efeitos de condições particulares de existência.

justificam. Ressalte-se o caráter subordinado do *poder simbólico*, enquanto produto da soma de outras formas de poder, que passam, necessariamente, pela “transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico”, conforme ele afirma. Nessa equação, considera-se a aquisição de diferentes capitais, a saber, social, econômico, cultural, segundo os quais se estabelecem as escalas sociais.

Postas as orientações conceituais centrais consoante à estrutura das *relações de poder* que justificam a produção de estigmas, sugerida por Elias através da oposição “estabelecidos-outsiders” e endossado a partir da inteligência de Bourdieu no que concerne às *violências simbólicas* cotidianas que permeiam tais relações, cumpre abordar a questão em sua amplitude, tratando as especificidades de Manaus como parte de uma região, de um país, com posição atribuída a si no *mondo social*.

Será possível observar nas linhas que seguem a cidade de Manaus, enquanto capital central amazônica, traçando a trajetória narrada por Becker (2013), Browder e Godfrey (2006), Oliveira e Schor (2009). Importa frisar que nesse trajeto, não apenas os aspectos socioeconômicos materiais foram determinantes para forjar o lugar social ocupado por esta capital em face deste país e do mundo, mas, também as violências simbólicas inseridas nas relações de poder.

A constituição da cidade de Manaus

O período da economia da borracha, um dos emblemáticos momentos de povoação e alteração da arquitetura da cidade, implicou que Manaus passasse por um intenso processo de modernização, mas não seria incorreto afirmar que se tenha intensificado também no campo simbólico, a partir de então, um contínuo *processo civilizador*⁵ (sempre presente no processo de urbanização de Manaus), cuja expressão está concretizada na espacialidade da cidade, conforme explicam Oliveira e Schor “[...] a espacialidade

⁵ “Palavras como ‘civilização’ em francês ou inglês, ou o alemão *Kultur*, são inteiramente claras no emprego interno da sociedade a que pertencem (...) o conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de tratar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro. O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a realizações, mas também a atitudes ou ‘comportamento’ de pessoas, pouco importando se realizaram ou não alguma coisa [...]” (ELIAS, 1994, p. 24).

produzida em Manaus no período da borracha, mais do que uma determinação nacional e local, é uma determinação do exterior” (idem, 2009, p. 64).

Quando se fala da origem da cidade de Manaus, ouve-se necessariamente a versão da constituição da cidade a partir de sua região central. De fato, foi a partir do momento em que o centro de Manaus foi ocupado pelas elites extrativistas, que foi possível observar elementos característicos do que se entende por uma organização de cidade contemporânea. Lencioni (2008) destaca que deve haver o devido cuidado quando do uso da palavra “cidade”, uma vez que esta sugere trivialidade e, talvez por isso mesmo, possibilita o direcionamento a diversos entendimentos. Assim, elenca algumas características essenciais que podem ser consideradas pontos determinantes para constituição de cidades, como aglomeração e sedentarismo (ou seja, a aglomeração durável), além de outros elementos, como mercado e administração pública, apesar de não se ater à rigidez desses conceitos. Ela tem o cuidado de ressaltar que o conceito de cidade, por exemplo, por ser apenas um reflexo do real, é infinitamente mais pobre do que o real.

Então, do ponto de vista conceitual, pode-se dizer que esta cidade de fato se constituiu a partir do centro. Perspectiva que retoma, inclusive, a teoria de urbanização amazônica exposta há algumas linhas – entendendo a região como uma grande fronteira que surge já urbanizada. A cidade de Manaus toma forma urbana a partir do centro, e seu processo de ocupação, fomentado por ambiciosos projetos econômicos para a cidade, se dá em torno de meados do fim do século XIX.

A guisa de uma sistematização temporal, o processo de produção do espaço urbano de Manaus, pode ser analisado a partir de três períodos importantes: o apogeu do ciclo da borracha que durou até a década de 1920, o de decadência/estagnação econômica que perdurou entre 1920 até final da década de 1960, e o de 1960 até os dias atuais, simbolizado pela implantação da Zona Franca, atual Polo Industrial de Manaus (COSTA e SCHMITT, 2010, p. 3).

Entretanto, é correto também afirmar que a história da formação da cidade que parte do centro, reflete o estilo de vida dos endinheirados que por aqui viveram e por isso, compreender a ocupação e formas de uso primeiros

dessa parte mais central de Manaus, sua paisagem caracterizada pelos prédios em estilo europeu, típicas expressões arquitetônicas da chamada Belle Époque, sua dinâmica e representações, significa resgatar a cidade a partir da trajetória dos segmentos abastados. O progresso promovido pelas elites extrativistas no período em que Manaus foi representada pelo epíteto “cidade do Fausto”, revelava o desejo de transformar esta cidade na “Paris dos Trópicos”.

Oliveira e Schor afirmam que desde então já se observava que a cidade do progresso, detentora das mais avançadas técnicas urbanísticas da época e uma importante infraestrutura urbana, não era acessível a todos: “na ‘Manaus do fausto’, o espaço é sempre um largo cenário onde só a elite tem rosto” (OLIVEIRA e SCHOR, 2009, p. 67), ficando a cidade precarizada (nunca ausente), obnubilada pelo glamour dos tempos áureos da borracha. Foi por volta da década de 1920 que Manaus iniciou um de seus períodos mais longos de estagnação econômica, em função da decadência da economia da borracha, fazendo com que esta cidade relegada, que se concentrava às margens do centro, explodisse e tomasse visibilidade.

A partir da década de vinte a cidade entra em crise; embora mantenha a ostentação, vem à tona a cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos, e surgem as espacialidades dos trabalhadores dos grotões, do outro lado dos igarapés: dos bairros Educandos, Curre (Glória), Plano Inclinado (Aparecida), Matinha (Presidente Vargas), São Raimundo, Morro da Liberdade. Nestes lugares predominava a ausência ou precariedade dos serviços urbanos e moradias insalubres. Os dados se referem ao período denominado como o da cidade em crise e demonstram a precariedade dos serviços urbanos e das habitações, com um percentual da população morando próximo às áreas alagadiças e sem acesso ao abastecimento de água, por exemplo. E em consequência da redução das atividades econômicas e da forte migração, a cidade se expandiu e foi ocupada por uma grande quantidade de casas de palha e de casas flutuantes, além do aumento das habitações em palafita. E em meados da década de 1960 Manaus já contava com mais de 200.000 habitantes. (COSTA e SCHMITT, 2010, p. 4).

Aqui entra em questão um elemento do relevo da cidade que pode ser considerado de importância central para análise dessas disputas simbólicas entre propostas de civilidades e culturas diferentes, pois, explicita a necessidade da elite local em transformar a paisagem urbana de Manaus em outra coisa: os igarapés. Estes cursos d’água que entrecortam a cidade são

frequentemente mencionados nos estudos que tratam da produção de seu espaço urbano e seu conjunto de simbolismo faz parte da memória coletiva manauara. Autores como Costa Junior e Nogueira (2010) destacam como os igarapés foram (e ainda têm sido) alvo constante de ações de “embelezamento” por parte dos gestores locais. Observam que em um intervalo de um século, as ações de ultrapassagem desses cursos d’água se reatualizam, quer dizer, “embelezar” a cidade, por esse ponto de vista, seria torná-los outro ambiente, o que pressupõe seu aterro e/ou a retirada da população de suas margens.

A cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, situada no seio da Floresta Amazônica, não está isenta de apresentar uma característica comum entre as cidades empobrecidas distribuídas mundo a fora, a saber, a expansão de sua fronteira urbana e aumento de seu contingente populacional. Manaus apresenta população estimada em 2.219.580 de habitantes, segundos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 27/08/2020), números que fizeram a cidade figurar como a mais populosa da região Norte e a sétima do país e que correspondem a apenas uma pequena amostra do contínuo e intenso processo de inchaço populacional desencadeado nesta cidade, desde os momentos remotos de sua urbanização. Sobre o acelerado crescimento populacional de Manaus, Costa e Schmitt observam que:

Em 1970, Manaus abrigava 284.118 habitantes, sendo sua população 4,2 vezes maior do que a de 1940. O crescimento demográfico relativo foi da ordem de 325%, no decorrer do período 1940/1970. Somente na década de 1970 o crescimento foi de 74,6%. [...] Até a década de 80, do século XX, o número de bairros em Manaus era de aproximadamente 37 mais o Distrito Industrial, hoje esse quadro é outro, com 56 bairros e inúmeras comunidades que ainda não são oficialmente bairros, criadas em sua grande maioria a partir de ocupações irregulares [...] (COSTA e SCHMITT, 2010, p. 5).

Manaus hoje é apenas uma entre tantas outras cidades situadas em países pobres e emergentes a sentir os impactos sócio espaciais de uma nova ordem urbana emergida sob os ditames do capital, cuja característica em comum reside na capacidade de produzir espaços urbanos essencialmente contraditórios e excludentes em face de um acelerado crescimento populacional.

Considerações finais

Para grande parte da população das regiões consideradas centrais do país e do mundo, Manaus ainda é percebida como um lugar “distante” e irrelevante no cenário nacional, a despeito de ser hoje uma metrópole com uma população que cresce intensamente e detentora da 6^a economia no país. Tal percepção se aprofunda ainda sobre outras capitais da região Norte do país, consideradas ainda menos importantes.

No caso de Manaus, isso acontece, talvez, por situar-se numa região cujas representações de “vazio demográfico” construídas socialmente sobre a “Amazônia” contribuem para que seu substrato se torne obscuro: por um lado, a ideia de homogeneidade territorial que recai sobre a região amazônica parece a fazer conhecida por todos, a ponto de parecer que não se requer abordagens complexas para compreendê-la; por outro lado se mostra desconhecida na medida em que fica presa à dimensão da aparência, obnubilada pela imagem de “floresta inalterada”.

Manaus, a cidade em região amazônica “remota”, foi se moldando ao longo de seu processo de urbanização como a grande periferia brasileira, sobre a qual pesa uma estranha invisibilidade. Pode-se afirmar que se trata de uma “metrópole” que simbolicamente não existe no mapa, cuja visibilidade nacional/internacional só lhe é concedida vez por outra, quando das tragédias eventuais, sejam elas naturais ou sociais. Manaus é como uma grande ilha, não apenas no aspecto físico, por estar geograficamente “distante” das capitais centrais do país, mas (e sobretudo) em decorrência de um patente isolamento simbólico que faz com que as distâncias se tornem ainda maiores.

Corresponde Manaus a uma periferia heterogênea, marcada por conflitos internos e identitários de onde decorrem as figurações que justificam os estigmas espaciais de determinadas áreas no contexto da cidade, como é o caso de áreas de igarapés que cortam seu perímetro urbano, hoje considerado uma “regiões-problema”. Manaus parece figurar uma grande periferia estigmatizada por pairar sobre si um imaginário fantasioso que, a partir de uma concepção hierárquica de cultura e

civilidade, lhe concede o *status* de lugar “incivilizado”, ou em outros termos, lhe posiciona em um “não-lugar” no universo urbano do país.

Porém, a cidade reage e, por sua vez, traça internamente estratégias que podem, ao menos em tese, garantir-lhe uma possível aceitação social diante do restante do país e do mundo. Essa reação implica, por vezes, a negação veemente de sua identidade regional e de suas características geográficas e culturais, como entende-se que acontece com os igarapés da cidade. Se falar de violência simbólica é se reportar à disputa secular entre *cultura dominante* e *cultura popular* nos termos de Bourdieu, ou entre o que se julga “civilizado” e “incivilizado” como aponta Norbert Elias, esta cidade pode ser posta no centro de tal discussão. Mesmo em dias atuais, volta e meia chamam atenção episódios em que há a associação desta região a um território “não civilizado”, por situar-se no seio da floresta amazônica e estar associada à cultura indígena.

É necessário dar um passo atrás, para galgar dois à frente se se pretende entender os dilemas desta cidade em sua gênese, concatenando-os aos estigmas territoriais existentes em seu espaço urbano no presente, sobretudo, aqueles relacionados aos assentamentos humanos que estabelecem suas moradias no entorno dos igarapés de Manaus, em função do apelo simbólico desse tipo de lugar no contexto da reprodução desta cidade. Em sua trajetória de urbanização é possível visualizar Manaus como uma cidade alienada de seu país e ligada diretamente aos ditames econômicos internacionais, guiada por uma elite local que já explicitou posturas diferentes em momentos distintos – primeiro, se esforçando ao máximo para adequar-se aos moldes do “mundo civilizado”, na pretensão de tornar Manaus um pedaço da Europa, a “Paris dos Trópicos”; e, em momento mais recente, tornando-se uma elite predadora que sequer a habita.

Referências:

BECKER, Bertha. **A urbe Amazônida**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro. Garamond, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 10.ed. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand, 1989.

Manaus, a metrópole da "Amazônia": uma versão pouco conhecida sobre a urbanização do norte brasileiro | Silvia Adriana Lima Corrêa

BROWDER, Jhon; O. A Godfrey, Bryan J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus. Edua. 2006.

COSTA, Danielle Pereira da; SCHMITT, Jair. A geografia urbana de Manaus: desafios para mobilidade e circulação. **4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável**, 2010, Universidade do Algarve Faro – Portugal.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, v. I.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 24, pp. 109 - 123, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740> Data de acesso: 08/01/22.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (org.). **Cidades da Floresta**. Annablume, 2009.